

## **MONTEIRO, Bernardino de Sousa**

\*sen. ES 1909-1916; pres. ES 1916-1920; sen. ES 1920-1930.

*Bernardino de Sousa Monteiro* nasceu em Cachoeiro de Itapemirim (ES) a 6 de outubro de 1864, filho de Francisco de Sousa Monteiro e de Henriqueta Rios de Sousa. Seu pai, mineiro de nascimento, mudou-se para o Espírito Santo nos primeiros tempos da expansão do café no vale do rio Itapemirim e se tornou um grande fazendeiro, com atuação política no município de Cachoeiro. Em Minas, trabalhara para o comerciante Bernardino Ferreira Rios, que também migrou para o Espírito Santo na mesma época e se estabeleceu com fazenda e grande comércio em Cachoeiro. Francisco casou-se com uma filha dele, Henriqueta, com quem teve 11 filhos, quase todos ligados à vida pública do Espírito Santo: Jerônimo, Bernardino, Antônio e José foram políticos, Fernando foi bispo do Espírito Santo, Maria casou-se com o deputado federal Manuel Leite de Novais Melo, Bárbara foi mãe de Carlos Lindenberg, governador do estado e senador, e Henriqueta casou-se com Florentino Ávidos, que seria presidente do estado e senador após a morte dela. A família Monteiro liderou a oligarquia capixaba durante a maior parte da Primeira República.

Bernardino foi criado na fazenda Monte Líbano, uma das mais ricas da região, junto aos pais e irmãos. Quando chegou a hora de iniciar os estudos secundários foi enviado para o Caraça, colégio de irmãos lazaristas famoso pela rigidez de sua disciplina, em Minas Gerais. Terminado o curso, em 1886, passou ao Seminário São José, no Rio de Janeiro, em companhia do irmão Fernando, mas não completou a formação, pois desistiu da carreira eclesiástica, e ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, na qual se formou em 1893. Voltou para Cachoeiro, iniciou o exercício da advocacia e casou-se com Iná, filha do então senador pelo Espírito Santo Gil Goulart, que havia sido uma importante liderança política em Cachoeiro no Império. O casal foi residir na chácara de Goulart, que se mudara para o Rio de Janeiro, e lá formou uma numerosa família.

Em 1896, Bernardino se elegeu para o Conselho Municipal de Cachoeiro, pelo Partido Republicano Construtor (PRC), que governava o estado, em eleição contestada pela

oposição e somente decidida com a intervenção do presidente Muniz Freire e da Corte de Justiça. Naquele ano, iniciou-se um forte movimento de oposição no estado e no âmbito federal, e Bernardino e Gil Goulart dele participaram. Como oposicionista, reelegeu-se em 1900 e em 1904. No ano seguinte houve uma grande mudança na política capixaba, com a divisão das forças governistas entre o presidente do estado Henrique Coutinho e Muniz Freire, até então a principal liderança do PRC. Bernardino posicionou-se ao lado do presidente Coutinho, e passou a integrar a base governista e o PRC. Em 1906 integrou a chapa do partido como candidato a deputado federal, porém o Congresso Nacional reconheceu a chapa dissidente, encabeçada por Muniz Freire, candidato a senador, e não a do governo estadual. No ano seguinte, Bernardino foi eleito deputado estadual (1907-1910), acumulando esse mandato com o de conselheiro municipal, que renovou em 1908, o que era permitido na época.

Também em 1908, seu irmão Jerônimo foi eleito presidente do estado e promoveu a reunião da maior parte das forças políticas estaduais em torno da criação de um novo partido, o Partido Republicano Espírito-Santense (PRES), presidido por ele, em substituição ao PRC, que foi extinto. Em 1909, Bernardino foi eleito senador. No Senado, travou em 1912 uma rumorosa polêmica com Muniz Freire, saindo em defesa de Jerônimo, contra o qual aquele parlamentar apresentara sérias denúncias.

Em 1916, Bernardino foi lançado candidato à presidência do estado, e sua candidatura provocou a mais séria crise política da Primeira República no Espírito Santo. Vários aliados, incluindo a bancada capixaba no Congresso Nacional – exceto ele próprio e Jerônimo, então deputado –, o líder do governo na Assembleia Legislativa, o vice-presidente do estado e numerosos governos municipais promoveram um forte movimento de oposição, acusando os Monteiro de procurar consolidar uma oligarquia familiar no estado e de terem levado as finanças estaduais a uma situação de insolvência. Entre os parlamentares, o senador João Luís Alves e o deputado Torquato Moreira dirigiram a oposição e conseguiram o apoio do presidente da República Venceslau Brás (1914-1918), que estava empenhado no saneamento financeiro do país e procurou em vão demover os

Monteiro daquela candidatura, dando suporte, no início, à oposição. Contra Bernardino, foi lançado José Gomes Pinheiro Júnior, antigo adversário dos Monteiro e também político de Cachoeiro, para a presidência do estado, e Alexandre Calmon, chefe político de Colatina, para a vice-presidência. O conflito se estendeu a numerosos municípios, em muitos casos com grande violência, e provocou a fuga de centenas de pessoas para Minas Gerais e para o estado do Rio de Janeiro.

Realizadas as eleições, as duas facções proclamaram eleitos e empossaram seus candidatos pelas duas Assembleias que funcionavam, cada qual se declarando legítima. Bernardino tinha a vantagem de ocupar o palácio; a oposição fixou a sede de seu governo em Colatina e recorreu à instância federal, pedindo a intervenção no estado e o reconhecimento de seus candidatos. A violência se agravou e só não foi maior porque os rebeldes foram ludibriados numa compra de armas que fizeram, o que deixou suas forças inferiorizadas diante dos governistas, que dispunham da polícia, além de tropas de coronéis. O episódio ficou conhecido como Revolta do Xandoca, apelido de Alexandre Calmon.

No Congresso Nacional travaram-se longas discussões, nas quais os parlamentares rebeldes faziam pesadas acusações aos Monteiro, particularmente a Jerônimo, e ao governo. O caso se arrastou por alguns meses e terminou com a vitória dos Monteiro, mas eles saíram desgastados do episódio, principalmente Jerônimo, dadas as denúncias apresentadas por seus ex-aliados. No dia 17 de agosto foi recusada, pela Câmara, a intervenção no Espírito Santo, o que garantia a posse de Bernardino, e a 1º de setembro foi aprovada uma anistia a todos os envolvidos.

A primeira tarefa de Bernardino era a pacificação do estado e, com ela, a governabilidade, o que ele conseguiu realizar paulatinamente, com habilidade. A crise econômica foi revertida com o fim da Primeira Guerra Mundial, em 1918, e a alta acentuada do preço do café causou uma receita recorde em 1919 permitindo desafogar as finanças estaduais. Porém Bernardino encampou o Banco Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo, assumindo uma nova e pesada dívida. A economia começava a se diversificar, beneficiando-se das indústrias de açúcar e de tecidos no vale do Itapemirim, do aumento da exportação de

madeira e do impulso dado pelo governo à produção de cacau. A principal realização de seu governo foi a elaboração e o início da execução de um projeto de viação para o estado, incluindo as primeiras rodovias destinadas ao tráfego automotivo e uma ferrovia ligando Cachoeiro ao porto de Itapemirim.

Ao final do mandato, em 1920, Bernardino enfrentou nova crise sucessória, dessa vez dividindo os Monteiro. Ele e Jerônimo entraram em choque a respeito do candidato a sua sucessão. O senador Nestor Gomes foi escolhido como candidato de conciliação, e as eleições se realizaram sem problemas, embora em clima tenso, pois os partidários de Jerônimo acusavam o governo de perseguir seus aliados. Após o pleito a situação se agravou, com os jeronimistas denunciando demissões de funcionários nomeados por Jerônimo e invasões policiais violentas de fazendas de seus aliados. Em maio, aproximando-se o final do mandato de Bernardino, os jeronimistas decidiram não reconhecer a eleição de Nestor. A Assembleia Legislativa se dividiu em duas, cada qual se reunindo separadamente e se declarando legítima. A Assembleia jeronimista elegeu Etienne Dessaune presidente da Casa, negou o reconhecimento da eleição de Nestor e, ficando assim vago o cargo de presidente do estado, a 23 de maio empossou Dessaune como presidente. A Assembleia bernardinista não tinha o quorum mínimo necessário para dar posse a Nestor, nem o controle da sede e dos livros da Assembleia, em mãos dos jeronimistas, mas se reuniu no palácio, acrescentou nomes de adversários à ata, e empossou Nestor.

Nessa altura, o conflito já se tornara armado, e a polícia se rebelara contra seus chefes governistas e saíra em apoio a Jerônimo, ficando Bernardino e Nestor apenas com a guarda do palácio e capangas dos coronéis. A posse de Nestor se deu no palácio sitiado, onde se entrincheiravam seus partidários. Começou o tiroteio, pondo em pânico a capital. No dia 27 de maio o presidente Epitácio Pessoa (1919-1922) decretou intervenção federal no estado, e as tropas do Exército assumiram o controle da cidade. O caso passou ao Congresso Nacional, que confirmou a posse de Nestor Gomes.

Bernardino saíra vitorioso e daí em diante se tornou o político mais poderoso do estado,

controlando a máquina do PRES. Porém teve que aceitar a presença de antigos adversários, como Pinheiro Júnior, no diretório do partido. Por seu lado, Nestor Gomes, bem como seus sucessores, exerciam o poder que lhes dava o cargo e não foram submissos a ele. Bernardino voltou ao Senado no mesmo ano e nele permaneceu até 1930, quando faleceu a 12 de maio, antes de tomar posse após uma nova reeleição.

De seu casamento com Iná Goulart teve 11 filhos, um dos quais, Nelson Goulart Monteiro, fez longa carreira política, iniciada na Primeira República como deputado estadual (1919-1930) e continuada após 1930 como deputado estadual, secretário de governo e deputado federal pelo Partido Social Democrático (PSD) em duas legislaturas.

*Nara Saletto*

FONTES: CÂM. DEP. *Intervenção* (1917, 1923); *Caso do Espírito Santo: como nasceu*; *Caso do Espírito Santo: pela verdade*; CHEQUER FILHO, N. *Revolta*; MONTEIRO, Bernardino de Souza. *Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo* 13/9/1917, 16/10/1918, 12/10/ 1919); NOVAES, H. *Memórias*; NOVAES, M. *Jerônimo*; SANTOS, A. *Republicano*.